

VENDA DE PAVILHÃO PRÉ-FABRICADO

PROCEDIMENTO

novembro, 2012

VENDA DE PAVILHÃO PRÉ-FABRICADO

- ÍNDICE GERAL -

- I - ANÚNCIO
- II - CONDIÇÕES GERAIS
- III - CADERNO DE ENCARGOS



I- ANÚNCIO

Faz-se público que, por deliberação do Conselho de Administração da APFF - Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A., de 14 de Novembro de 2012, foi determinada a venda de pavilhão pré-fabricado, sito na Doca de Recreio do Porto da Figueira da Foz, incluindo a aquisição da sucata, bem como a remoção e transporte de todos os resíduos da estrutura, devendo as propostas dar entrada, em carta fechada, na sede da empresa, sita na Avenida de Espanha, 3081-901 Figueira da Foz, até às 17h30m do dia 26 de Novembro de 2012.

A abertura das propostas terá lugar na sede da APFF, S.A., às 11h00m do dia 27 de Novembro de 2012.

O processo de remoção do pavilhão náutico, que integra o presente Anúncio, as Condições Gerais e o Caderno de Encargos, encontra-se patente, durante as horas de expediente (das 9h00m às 12h30m e das 14h00 às 16h00m) e em todos os dias úteis, na sede da APFF, S.A.. Este pode ainda ser consultado diretamente no website da empresa: www.portofigueiradafoz.pt.

Figueira da Foz, 15 de Novembro de 2012

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(José Luís de Azevedo Cacho)

II - CONDIÇÕES GERAIS

- ÍNDICE -

- 1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO**
- 2. ENTIDADE ADJUDICANTE**
- 3. CONSULTA DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO**
- 4. CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO**
- 5. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS**
- 6. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**
- 7. PRAZO DAS PROPOSTAS**
- 8. ATO PÚBLICO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO**
- 9. NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO E HABILITAÇÃO**
- 10. PAGAMENTO DO PREÇO**
- 11. CADUCIDADE DE ADJUDICAÇÃO**
- 12. ADJUDICAÇÃO EM CASO DE RENÚNCIA À COMPRA OU CADUCIDADE**
- 13. DESPESAS E ENCARGOS**

ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CADERNO DE ENCARGOS

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento tem por objeto a venda de pavilhão pré-fabricado, sito na Doca de Recreio do Porto da Figueira da Foz, e respetiva remoção do local onde se encontra, incluindo todos os materiais e resíduos resultantes desta operação, pelo preço mínimo de **500,00 €** (quinhentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nos termos previstos no Caderno de Encargos.

2. ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é a APFF - Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A., com sede na Avenida de Espanha, 3081-901 Figueira da Foz, com o endereço eletrónico geral.apff@portofigueiradafoz.pt, o telefone 233402910 e o fax 233402920.

3. CONSULTA DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

3.1 O Processo de Venda do Pavilhão Pré-fabricado encontra-se disponível para consulta no website da APFF, S.A., através do endereço <http://www.portofigueiradafoz.pt>, bem como, na sede desta Administração, onde pode ser consultado, durante os dias úteis das 9h 30m às 12h 30m e das 14h 00m às 16h 00m, desde a data de publicação do respetivo Anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

3.2 Adicionalmente será facultada a possibilidade de verificar o estado atual do pavilhão pré-fabricado, no dia 22 de novembro de 2012, entre as 14h30m e as 16h30m.

3.3 O Processo é constituído pelas seguintes peças do procedimento:

Vol. I - Anúncio;

Vol. II - Condições Gerais;

Vol. III - Caderno de Encargos.

3.4 Os proponentes obrigam-se a conhecer, além das presentes “Condições Gerais”, o “Anúncio” e o “Caderno de Encargos” que integram o Procedimento.

4. CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO

A APFF - Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A., reserva-se o direito de não adjudicar a referida venda, caso verifique que, o proponente cuja proposta oferece o preço mais elevado apresenta algum dos impedimentos previstos no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo DL n.º18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 278/2009, de

02 de outubro, sucessivamente alterado pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2010, de 30 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho.

5. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS

- 5.1 As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:
- a. Declaração do proponente, de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada de acordo com o modelo constante do Anexo I, das Condições Gerais;
 - b. Proposta de preço conforme Modelo constante do Anexo II, das Condições Gerais;
 - c. Número de identificação fiscal e código de acesso à certidão permanente on-line, no caso de o proponente ser pessoa coletiva.
- 5.2 A declaração e a proposta referidas no ponto anterior deverão ser assinadas pelo proponente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- 5.3 Os documentos que constituem a proposta serão obrigatoriamente redigidos em português;
- 5.4 Os preços constantes da proposta não incluirão o IVA e serão indicados em algarismos e por extenso, prevalecendo, em caso de divergência e para todos os efeitos, os preços indicados por extenso.

6. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Os interessados deverão remeter a respetiva proposta à APFF, S.A., Avenida de Espanha, 3081-901 Figueira da Foz, até às 17h30m do dia 26 de Novembro de 2012, em conjunto com os restantes documentos, em sobrescrito fechado, no rosto do qual deve constar a inscrição: Venda de Pavilhão Pré-fabricado.

7. PRAZO DAS PROPOSTAS

- 7.1 O prazo da obrigação de manutenção das propostas é de 60 (sessenta) dias contados a partir da data do termo do prazo para a sua apresentação.
- 7.2 O prazo referido no número anterior considera-se sucessiva e automaticamente prorrogado se, até ao seu termo, os concorrentes nada disserem em contrário.

8. ATO PÚBLICO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO

- 8.1 A abertura das propostas realizar-se-á mediante ato público que decorrerá perante uma comissão de abertura e apreciação das propostas designada para o efeito, e terá lugar no local, data e hora mencionados no Anúncio.
- 8.2 Poderão intervir no ato público de abertura das propostas os proponentes ou seus representantes, devendo, no caso das pessoas singulares exibir o respetivo Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão e, no caso das pessoas coletivas, o(s) respetivo(s) representante(s) deverá(ão) exibir o(s) seu(s) Bilhete(s) de Identidade(s)/Cartão de Cidadão e uma procuração ou credencial que lhe(s) confira poderes para o ato e da qual constem o(s) respetivo(s) nome(s) e o(s) número(s) do(s) referido(s) documento(s) de identificação pessoal.
- 8.3 A adjudicação será feita ao proponente cuja proposta apresente o maior valor económico.
- 8.4 Caso se verifique a apresentação de duas ou mais propostas com ofertas de igual montante, abre-se logo licitação entre os respetivos proponentes.
- 8.5 Estando presente só um dos proponentes do maior preço, pode esse cobrir a proposta dos outros. Se nenhum deles estiver presente ou nenhum quiser cobrir a proposta dos outros, procede-se a sorteio para determinar a proposta que deve prevalecer.
- 8.6 As propostas, uma vez apresentadas, só podem ser retiradas se a sua abertura for adiada por mais de 60 dias depois do primeiro designado.
- 8.7 Imediatamente após abertura, ou depois de efetuada a licitação ou o sorteio a que houver lugar, são as propostas apreciadas pela comissão designada para o efeito.
- 8.8 Serão excluídas as propostas que apresentem valor inferior a € 500,00 (quinhentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, bem como as propostas que não sejam constituídas por todos os documentos referidos nas alíneas a) a c) do ponto 5.1 supra.
- 8.9 As irregularidades relativas à abertura, licitação, sorteio, apreciação e aceitação das propostas só podem ser arguidas no próprio ato, mediante reclamação para a comissão designada para o efeito.
- 8.10 A comissão de abertura e apreciação das propostas decidirá de imediato, em sessão reservada, qualquer reclamação apresentada nos termos do número anterior.
- 8.11 Da deliberação da comissão que aprecie reclamação apresentada nos termos do número 8.9, caberá recurso para o Conselho de Administração da APFF, S.A., o qual decidirá no prazo de 10 dias úteis.
- 8.12 Terminada a abertura das propostas será elaborado um auto de abertura e aceitação das propostas, no qual se identificará, para além de outras ocorrências, a proposta aceite, o nome do respetivo proponente e o preço oferecido pelo pavilhão pré-fabricado.

9. NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO E HABILITAÇÃO

- 9.1 A adjudicação será notificada em simultâneo a todos os proponentes.
- 9.2 Juntamente com a comunicação prevista no número anterior, o adjudicatário será ainda notificado para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, apresentar os seguintes documentos de habilitação:
- a. Declaração conforme modelo constante do Anexo III das Condições Gerais que delas faz parte integrante;
 - b. Documento comprovativo de não ter sido condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional ou de entretanto ter ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, de não terem sido condenados por aqueles crimes os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, em efetividade de funções;
 - c. Documento comprovativo de ter a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
 - d. Documento comprovativo de ter a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
 - e. Documento comprovativo de não ter sido condenado(a) por sentença transitada em julgado pelos crimes de participação em atividades de uma organização criminosa, corrupção, fraude ou branqueamento de capitais ou de entretanto ter ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares. No caso de se tratar de pessoas coletivas, de não terem sido condenados pelos mesmos crimes os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, em efetividade de funções ou de entretanto ter ocorrido a sua reabilitação.
- 9.3 Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, ou quando pela sua própria natureza ou origem estiverem redigidos em língua estrangeira, ser acompanhados de tradução devidamente legalizada.
- 9.4 Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos de habilitação cuja reprodução tenha sido apresentada, a entidade adjudicante pode sempre exigir ao adjudicatário que, em prazo fixado para o efeito, apresente os respetivos originais.
- 9.5 Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário, será concedido um prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis para o respetivo suprimento.

10. PAGAMENTO DO PREÇO

10.1 O adjudicatário fica obrigado a efetuar o pagamento do preço proposto para o pavilhão pré-fabricado, nas seguintes condições:

- a) Entregar na Tesouraria da APFF, S.A., no dia da abertura e aceitação das propostas, 10% do preço, como sinal;
- b) Efetuar o pagamento à APFF, S.A., do remanescente do preço no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da data referida na alínea a).

10.2 A falta de cumprimento, por parte do adjudicatário, de qualquer uma das obrigações previstas nas alíneas a) e b) do número anterior e nos números 9.2, 9.4 e 9.5 supra, equivale à renúncia ao desmantelamento e determina a perda a favor da APFF, S.A., do preço já pago.

11. CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação.

12. ADJUDICAÇÃO EM CASO DE RENÚNCIA À COMPRA OU CADUCIDADE

Caso ocorra a renúncia à compra ou a caducidade da adjudicação, a APFF, S.A., reserva-se o direito de adjudicar a venda ao proponente que ofereceu o preço ordenado em lugar subsequente.

13. DESPESAS E ENCARGOS

As despesas e os encargos inerentes à apresentação da proposta serão da responsabilidade dos proponentes.

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CADERNO DE ENCARGOS

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede , tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento dos termos e condições constantes do processo de venda do pavilhão pré-fabricado, sito no Porto de Recreio da Figueira da Foz, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga ao exato e pontual cumprimento dos aludidos termos e condições, relativamente aos quais declara aceitar, integralmente e sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

- a) ;
- b) ;
- c) ;
- (...)

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);
- c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);
- f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (12);

- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (13);
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):
 - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- a) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaía e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do Código dos Contratos Públicos, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas *b*), *d*), *e*) e *i*) do n.º 4 desta declaração.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto no ponto 8.1 do programa do procedimento e nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º do CCP.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

(

Anexo II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

_____, _____ - _____ (nome completo) com morada
(código postal) _____ (telefone),
_____ (nº contribuinte fiscal), depois de ter tomado conhecimento do Processo de Venda de Pavilhão Pré-fabricado, e a partir do estado em que esta se encontra, propõe-se adquirir o referido pavilhão e proceder à sua remoção do local onde se encontra, incluindo todos os materiais e resíduos resultantes desta operação, de harmonia com as condições estabelecidas no Procedimento pelo preço de,00 € (por extenso e por algarismos).

À quantia supra mencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais se declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data, _____

Assinatura _____

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede, adjudicatário(a) no procedimento de Venda de Pavilhão Pré-fabricado, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);
- c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea *e*) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (6);
- d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (7);
- e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);
- f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 – O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b*), *d*), *e*) e *i*) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

VENDA DE PAVILHÃO PRÉ-FABRICADO

III - CADERNO DE ENCARGOS -

ÍNDICE

1. CARACTERÍSTICAS E LOCALIZAÇÃO
2. CONDIÇÕES DE ENTREGA
3. PRAZO DE EXECUÇÃO
4. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO
5. FORO COMPETENTE
6. CONTAGEM DOS PRAZOS
7. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

ANEXO: PEÇAS DESENHADAS

1. CARACTERÍSTICAS E LOCALIZAÇÃO

Junto se apresenta em anexo, peças desenhadas do pavilhão pré-fabricado. As medidas a considerar são as do Kit GALCO104.

Informa-se ainda que, no interior existe uma parede de alvenaria em toda a largura e forros em madeira, que também terão que ser removidos e entregues a Operador de resíduos autorizado . Os encargos com o transporte e respetiva eliminação ou valorização correm por conta do adjudicatário.

2. CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 2.1 A estrutura a desmantelar será entregue ao adjudicatário no estado em que se encontrar, não havendo por parte da APFF, S.A. nenhuma intervenção antes da entrega. A sua atual condição poderá ser verificada no local, nos termos definidos nas Condições Gerais.
- 2.2 O desmantelamento da estrutura não pode ser iniciado sem que o adjudicatário esteja devidamente habilitado e demonstre ter pago a totalidade do valor da adjudicação.
- 2.3 O adjudicatário será responsável por obter as autorizações necessárias ao desmantelamento da estrutura ou para acesso ao local.
- 2.4 O adjudicatário não terá direito a qualquer indemnização ou restituição se, por motivos não imputáveis à APFF, S.A., não efetuar o desmantelamento e a remoção dos resíduos no prazo estabelecido.
- 2.5 Quaisquer que sejam as dificuldades que sobrevenham na execução dos trabalhos, não será alterado o valor da adjudicação, entendendo-se que o Adjudicatário se inteirou devidamente, antes da apresentação da proposta, das condições e do local em que se encontrava a estrutura metálica a desmantelar.

3. PRAZO DE EXECUÇÃO

- 3.1 Os trabalhos de desmantelamento iniciar-se-ão no prazo máximo de 10 dias contados da data de pagamento da totalidade do preço.
- 3.2 As operações de desmantelamento da estrutura metálica e de remoção e transporte de todos os materiais/resíduos resultantes deverão estar concluídas no prazo máximo de 30 dias após a data de notificação da adjudicação.

4. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 4.1 O Adjudicatário deverá proceder em conformidade com a legislação vigente e, em particular, com os procedimentos de segurança estabelecidos para trabalhos de desmantelamento/remoção e trabalhos em altura. Todo o pessoal ao serviço do Adjudicatário deverá utilizar os equipamentos de proteção exigidos por lei ou que tenham sido identificados como necessários a cada um dos trabalhos, ou tarefas, a executar.
- 4.2 O Adjudicatário é o único responsável pelos trabalhos que execute ou mande executar a terceiros, obrigando-se a assegurar, em cada momento, a correta execução dos mesmos e a integridade de pessoas e bens. Assegurará ainda a permanente limpeza e arrumação das zonas de trabalho.
- 4.3 Os trabalhos serão realizados dentro do horário normal de funcionamento da APFF, S.A., devendo os técnicos responsáveis pelo desmantelamento apresentarem-se devidamente credenciados.
- 4.4 Os trabalhos não podem colidir com as restantes atividades em curso na zona adjacente, nem por em perigo os utentes ou os trabalhadores que operem na Doca de Recreio da APFF, S.A. ou áreas adjacentes.
- 4.5 O transporte da sucata/resíduos será acompanhado da(s) Guia(s) de Acompanhamento de Resíduos, legalmente exigidas; por cada levantamento será preenchida a respetiva Guia de Acompanhamento de Resíduos, devendo o destinatário remeter a esta Administração cópia assinada e carimbada, no prazo de 30 dias a contar do levantamento.

5. FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro

6. CONTAGEM DOS PRAZOS

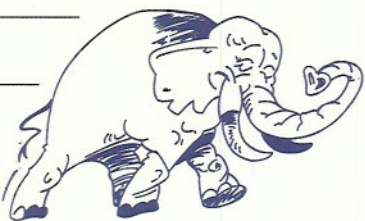
Os prazos previstos são contínuos, correndo aos sábados, domingos e dias feriados.

7. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 7.1 O contrato é regulado pela legislação portuguesa.
- 7.2 Em tudo o omissio, aplicar-se-á o Código Civil e demais legislação aplicável.

ANEXO

PEÇAS DESENHADAS



HANGAR GALCO[®]

O HANGAR MODULAR

ESTRUTURAS GALVANIZADAS



HANGARGALCO : 104 Geminados 2 x 10 m x 48 m = 960 m²



HANGARGALCO : 124 x 12 m = 144 m²



HANGARGALCO : 104 x 48 m Vista interior

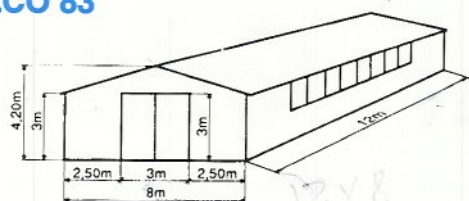


GALCO[®] POR

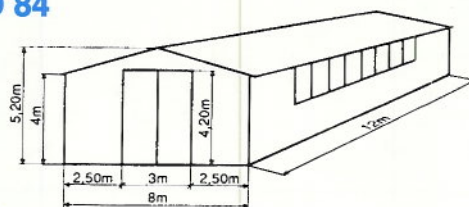
Galvanizados de Portugal, L.da

PARQUE INDUSTRIAL - 3420 TÁBUA - PORTUGAL - Telef. 035 - 4 34 56 - Fax 035 4 34 56

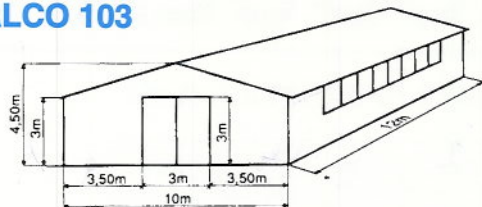
Kit GALCO 83



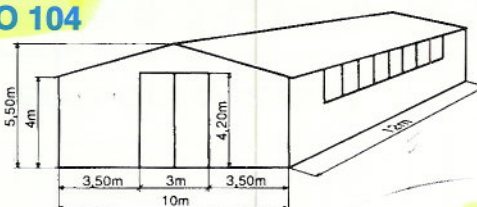
Kit GALCO 84



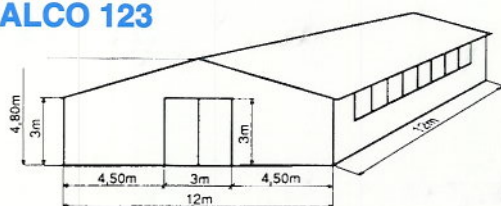
Kit GALCO 103



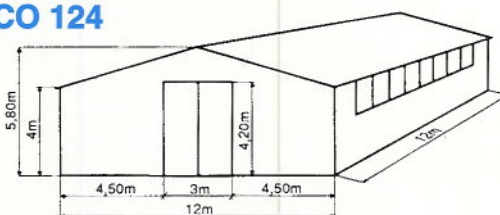
Kit GALCO 104



Kit GALCO 123



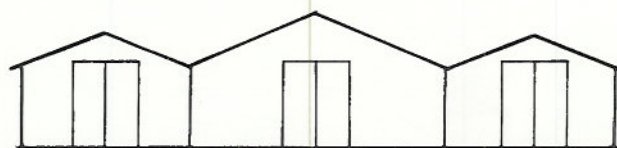
Kit GALCO 124



RESISTÊNCIA

- Estrutura principal em aço galvanizado de alto limite elástico de concepção anticiclónica (resistência ao vento garantida até 210 km/h)
- Modelo standard estudado para a neve e vento segundo as normas vigentes.

- Todas as peças são galvanizadas e asseguram uma excelente resistência contra a corrosão sem necessidade de manutenção
- Extensões por módulos e geminados



Hangares Galco geminados c/caleiras central (todos os modelos podem ser geminados)

MATERIAIS

- Estrutura em aço galvanizado quinado de alto limite elástico (Z275 / E 36).
- Coberturas e fachadas em chapa de aço galvanizado pré-lacado de 0,63 mm de espessura.
- Classificação de reação ao fogo nas fachadas é cobertura : MO.
- Translucidas poliéster
- Remates galvanizados pré-lacados.

- Parafusos em aço galvanizado a quente de alta resistência (6.8)
- Portas em tubo de aço decapado e metalizado. Fachadas com chapa pré-lacada.

NORMAS E GARANTIA

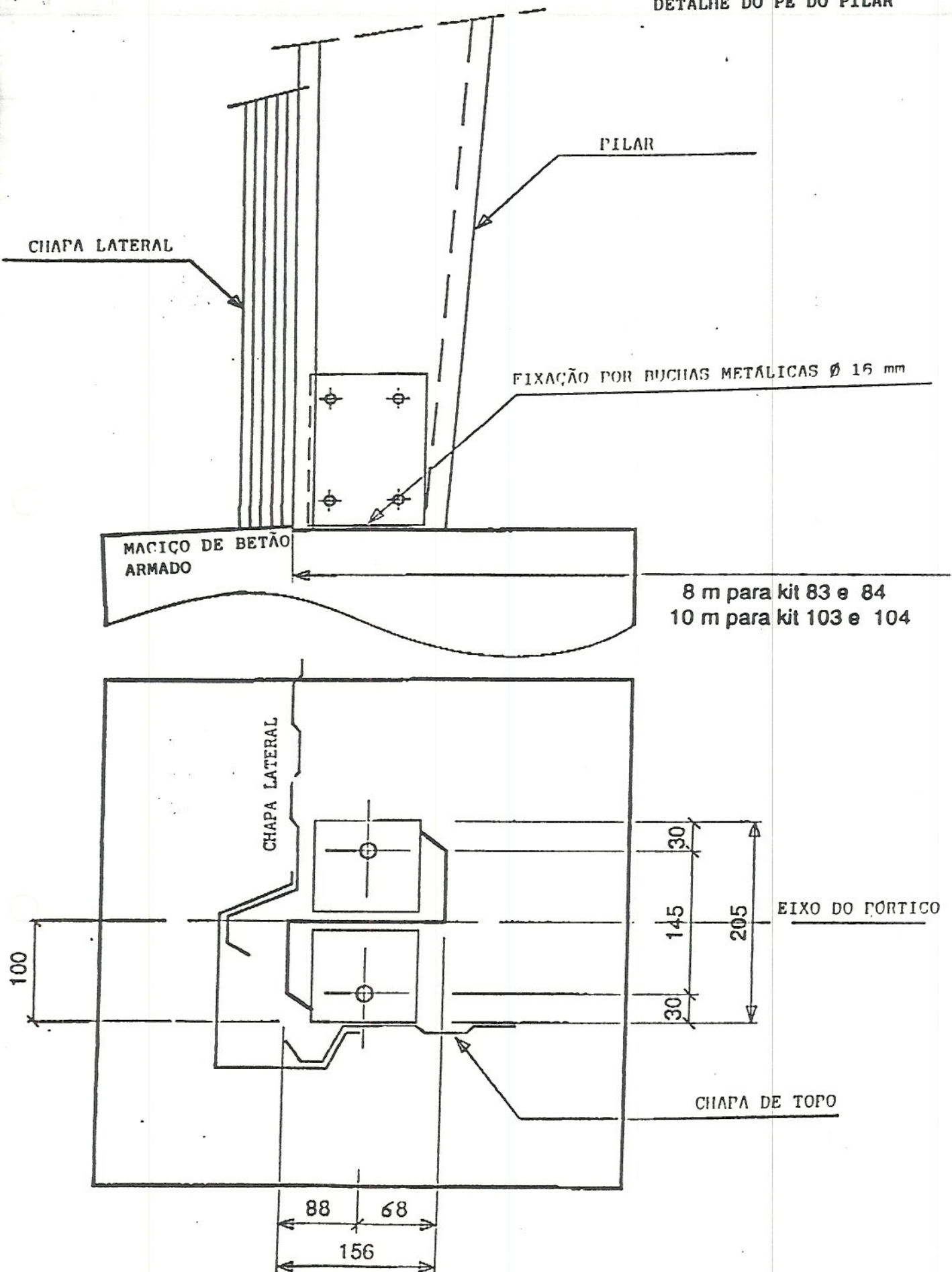
- concepção de acordo com as normas em matéria de construção metálica.

P L A N O S

KIT-83

KIT GALCO HANGAR:

DETALHE DO PÉ DO PILAR

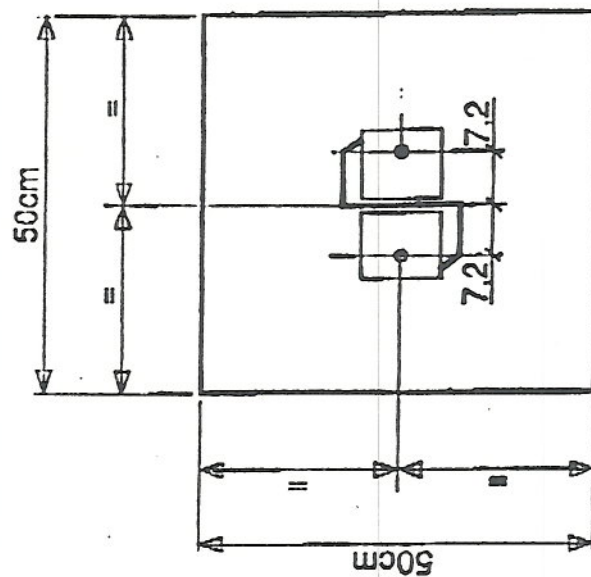
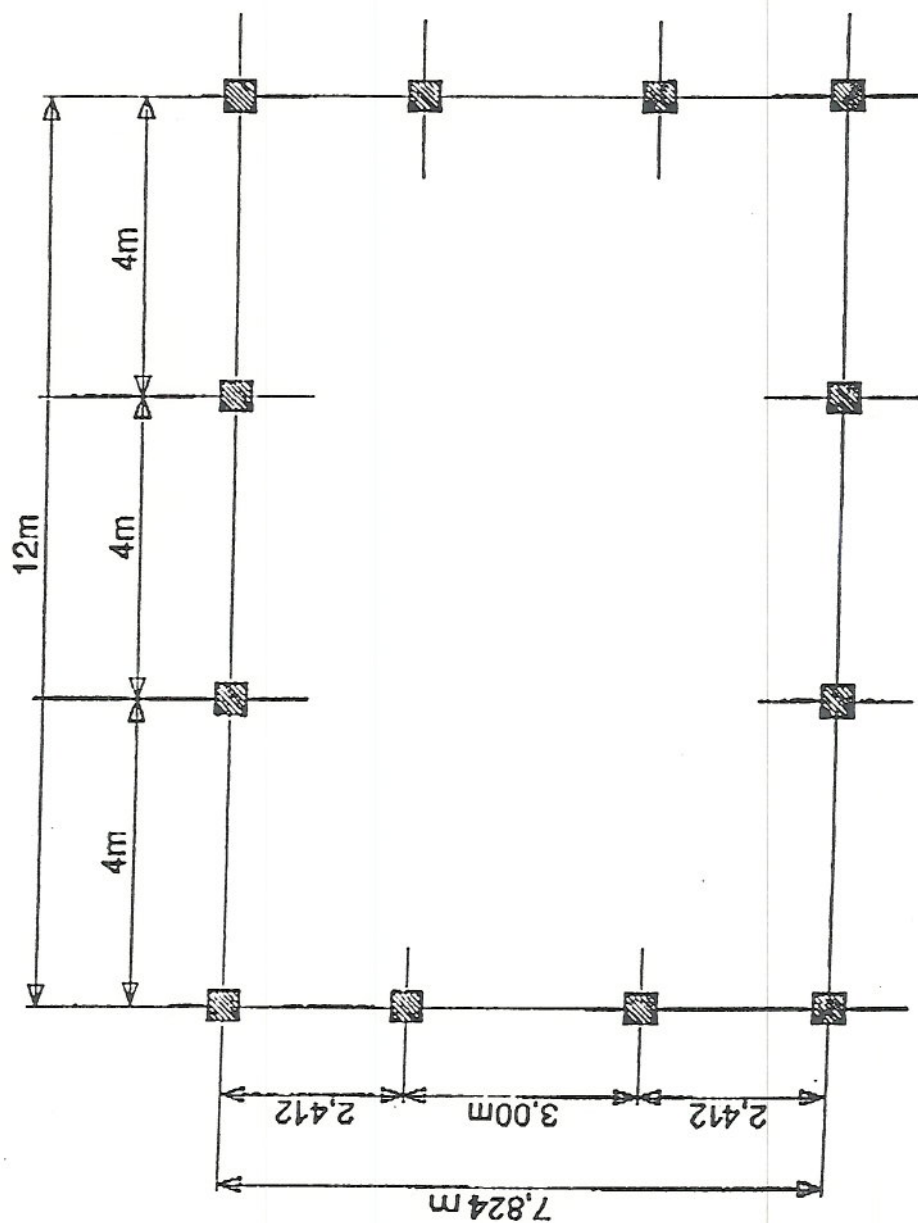


KIT GALCO 83 - 84

PLANO DE POSICIONAMENTO DOS MACIÇOS DE FIXAÇÃO

MACIÇOS: betão a 350Kg.
 DIMENSÕES: 50x50 cm.
 ALTURA: a definir pelo construtor
 FIXAÇÕES: buchas metálicas Ø 16 mm

ESCALA: 1/100



K 27

BARRA CONTRAVENT.

DETALHE

1

GOUSSET K 23

TRAVESSA K 1

SUPORTE K 19

TRAVESSA K 1

DETALHE

9

SUPORTE K 19

TRAVESSA K 1

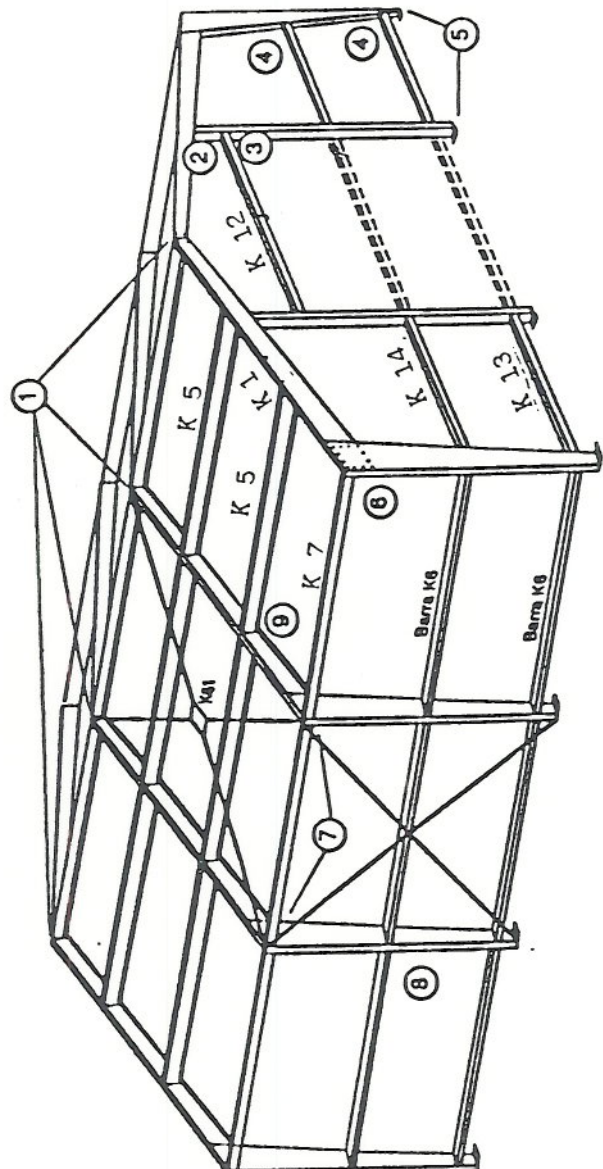
KIT HANGAR

83 - 84

FIXAÇÃO E LIGAÇÃO

Buchas metálicas Ø 16 mm
Parafusos galvanizados Ø 6,8x12x25
" Ø 10x20 para zona porta

PLANO B55



DETALHE

8

PILAR K 3 ou 4

SUPORTE K 19

PILAR K 3 ou 4

SUPORTE K 19

6

SUPORTE K 22

PILAR EMPENA K 8 ou K 9

PILAR EMPENA K 8 ou K 9

SUPORTE K 20

SUPORTE K 21

PILAR

SUPORTE K 19

PE DE PILAR K 26

DETALHE

7

K 35

SUPORTE K 24

PILAR

SUPORTE K 25

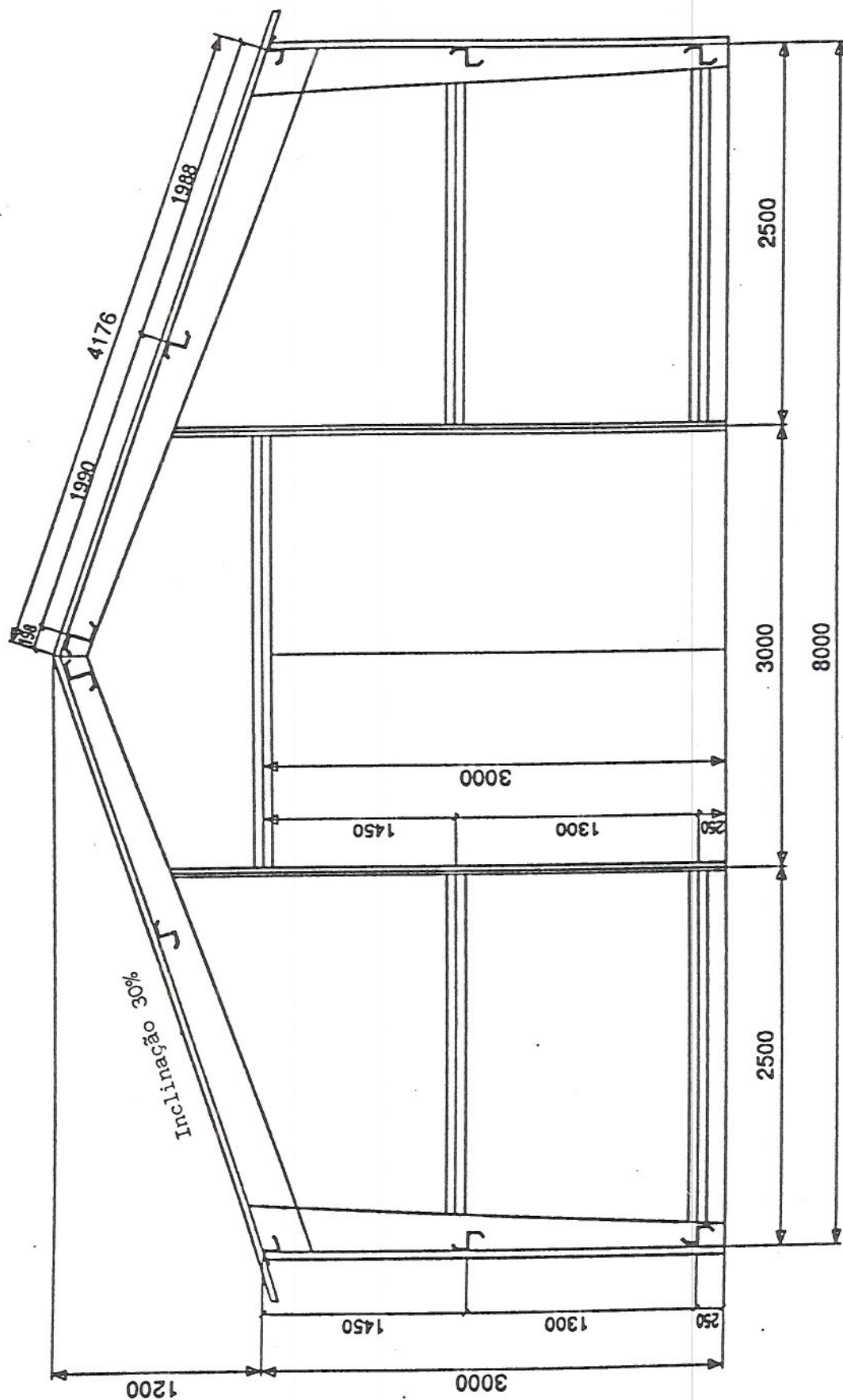
PILAR

CONTRAVENTAMENTO



GALCO 22/83-84

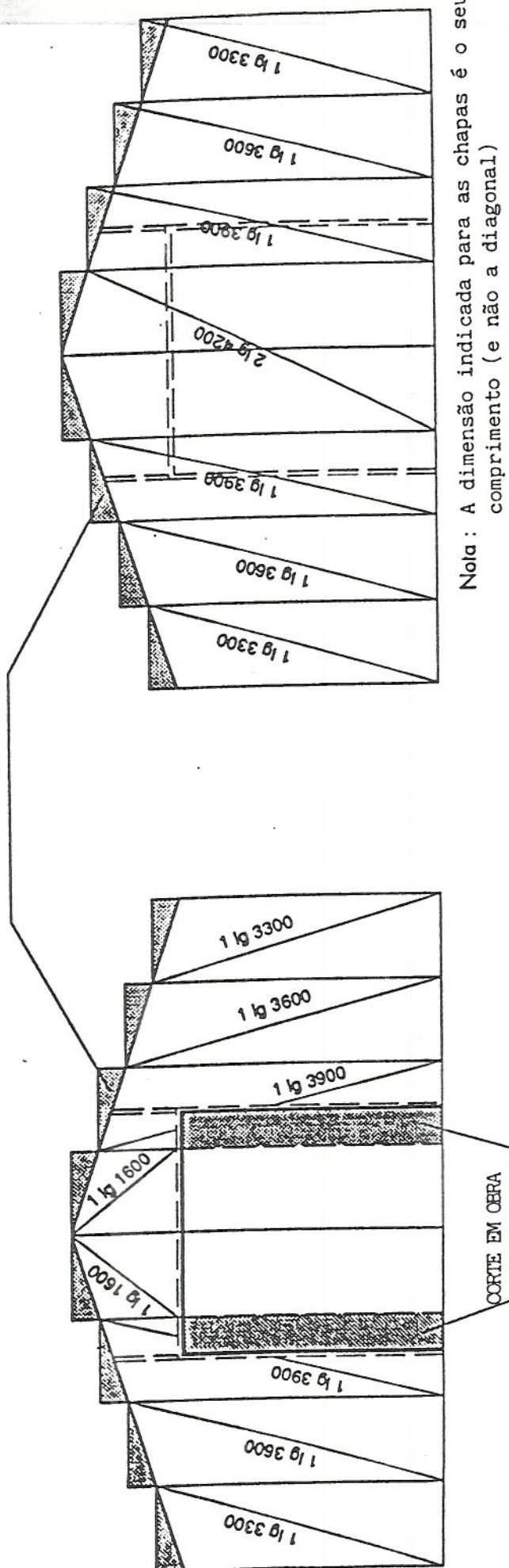
KIT GALCO 83



GALCO

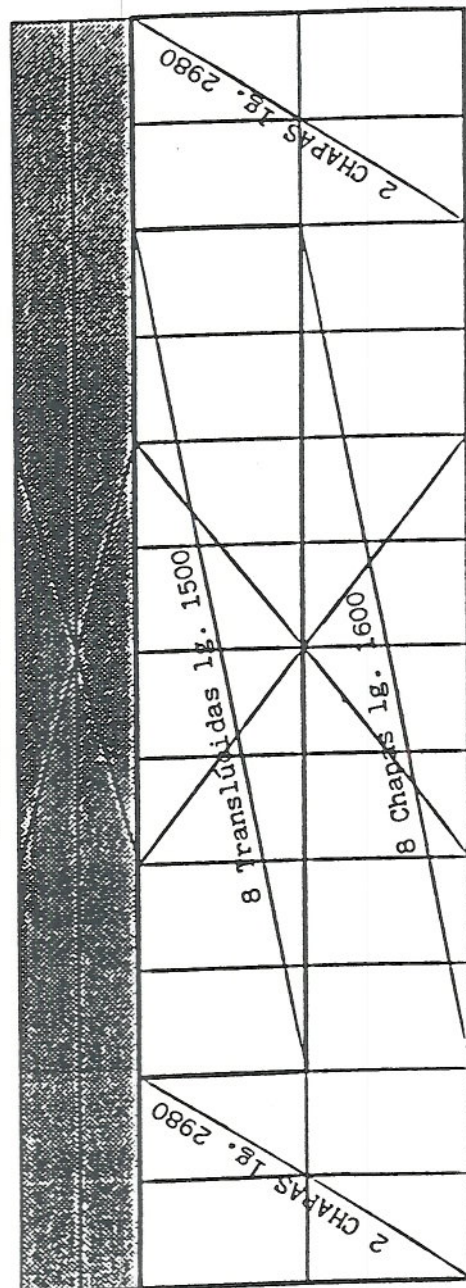
21/83

CORTE TRANSVERSAL EM OBRA

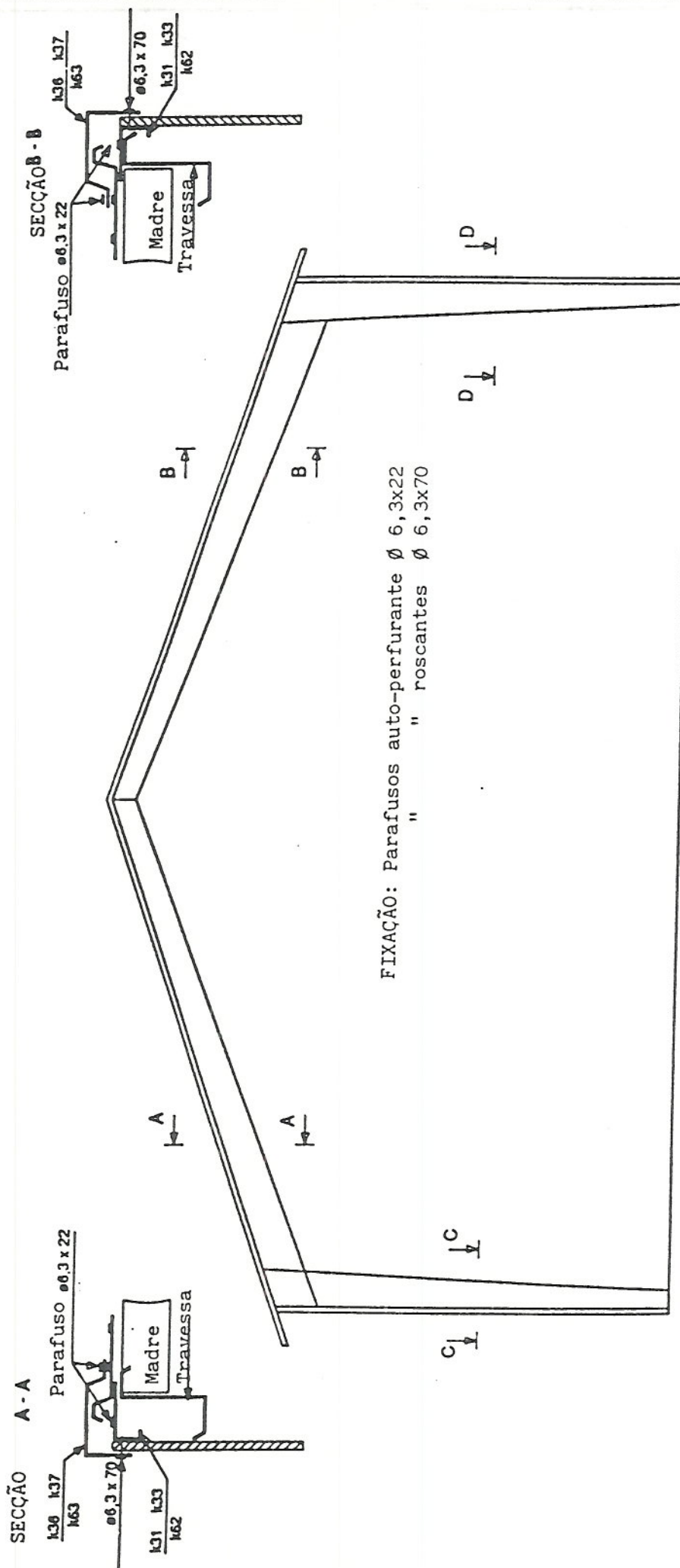


FIXAÇÃO: Parafusos auto-perfurantes Ø 6,3x22

2 LATERAIS IDÊNTICAS

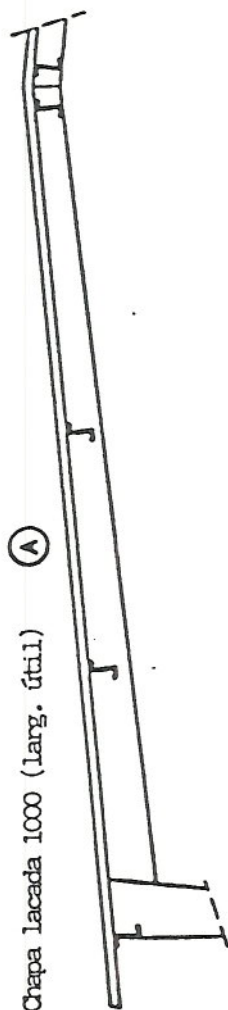


KIT HANGAR : PÓRTICO COM: perfis K 31 ou K 33 ou K 62 e K 32 ou K 34
remates K 36 ou K 37 ou K 63
remates canto K 38 ou K 39



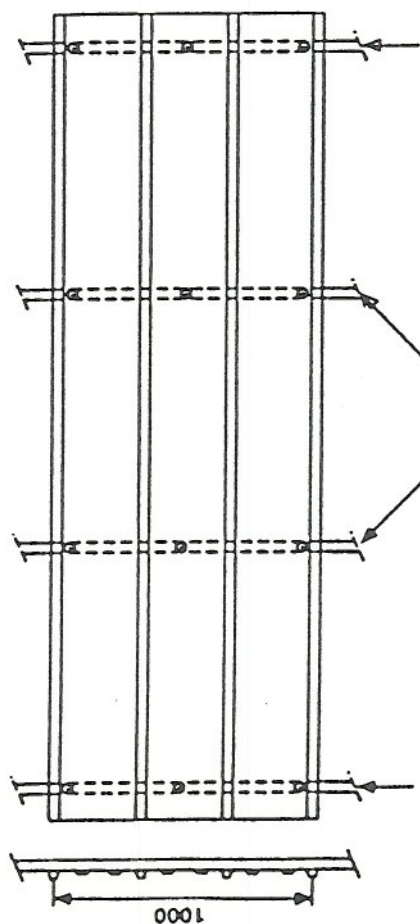
GALCO

CUMEEIRA STANDARD



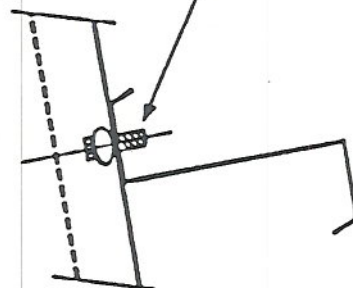
Parafusos auto-roscentes Ø 6,3x70

cumeeira ventilada

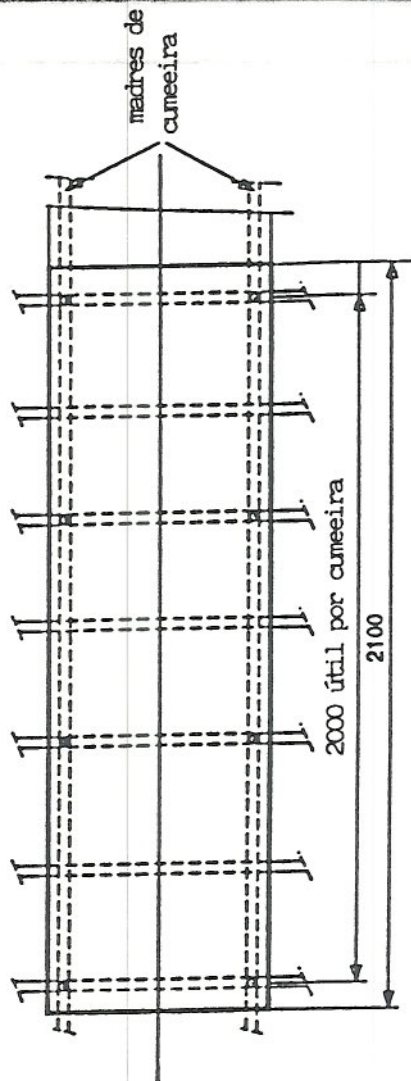


Madre frechal Madres intermédias Madre cumeeira

DETALHE (A)



Parafusos auto-perfurantes Ø 6,3x22, com anilha metálica e vedação.
Fixação na chapa da caleira

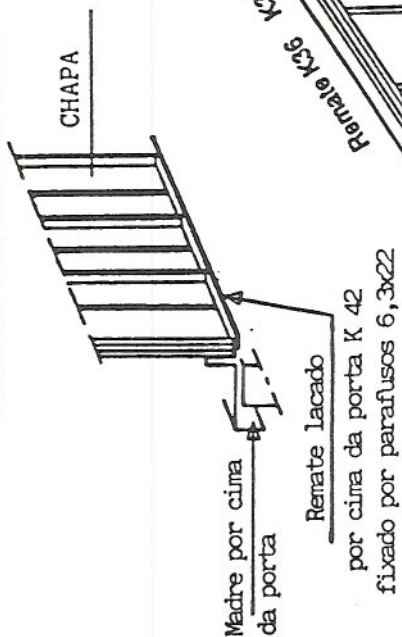


Nota: Os parafusos de fixação das cumeeiras, devem ser colocadas no eixo das capas da chapa.



GALCO 26

DETALHE POR CIMA DA PORTA



Remate K36 K37 K63 CORNIJA

Remate angulo K38 K39.

Remate K36 K37 K63 CORNIJA

Remate angulo K38 K39.

10 10
40
Remate angulo K43 K44.

fixado por parafusos .ø6,3 x 22.

KIT GALCO HANGAR

EMPENA COM PORTA DE ABRIR



GALCO